

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: lmb30nxg SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 21/01/2026 Projeto de decreto legislativo nº 1/2026 Protocolo nº 260/2026 Processo nº 53/2026	
Autor: Dep. Gilberto Cattani		

Susta os efeitos do inciso III do art. 43 do Decreto nº 877, de 17 de maio de 2024, que "Regulamenta a Lei nº 12.387, de 08 de janeiro de 2024", por exceder o poder regulamentar.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 26, inciso VI, da Constituição Estadual, e Art. 49, V, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º. Ficam sustados os efeitos do inciso III do art. 43 do Decreto nº 877, de 17 de maio de 2024, que impõe aos proprietários de estabelecimentos agroindustriais familiares e de pequeno porte a obrigação de fornecer, mensalmente, dados estatísticos de recebimento de matérias-primas, produção, industrialização, transporte e comércio.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo sustar os efeitos do inciso III do art. 43 do Decreto nº 877/2024, que **impôs uma obrigação acessória não prevista na legislação originária**, configurando evidente excesso de poder regulamentar inerente ao Poder Executivo.

A Lei nº 12.387, de 08 de janeiro de 2024, foi sancionada com o objetivo expresso de promover a inclusão social e produtiva da agroindústria familiar e de pequeno porte. Entre suas diretrizes fundamentais, destacam-se a racionalização, a simplificação e a desburocratização dos procedimentos. A referida Lei estabelece as normas gerais para registro, inspeção e fiscalização, sem, contudo, criar a obrigatoriedade de envio de relatórios estatísticos mensais por parte dos pequenos produtores.

No entanto, ao regulamentar a matéria, o Decreto nº 877/2024 inovou ilegalmente na ordem jurídica ao estabelecer em seu art. 43, III, a obrigação de *"fornecer em até 10 dias do mês subsequente ao vencido, os dados estatísticos de recebimento de matérias-primas, produção, industrialização, transporte e comércio de produtos de origem animal"*.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Tal exigência fere o princípio da legalidade e o espírito da Lei nº. 12.387/2024. Ao criar uma obrigação burocrática mensal e complexa, o decreto contradiz a diretriz legal de simplificação do registro e da fiscalização. A imposição de relatórios mensais onera excessivamente o agricultor familiar, que muitas vezes não dispõe de estrutura administrativa para tal controle, indo na contramão do fomento e da inclusão produtiva almejados pelo legislador.

À luz do artigo 49, V, da Constituição Federal, e artigo 26, VI, Constituição Estadual, compete ao Poder Legislativo sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. O regulamento não pode impor obrigações, restringir direitos ou criar sanções que não estejam expressamente previstas em lei.

Assim sendo, a exigência presente no inciso III do art. 43 do Decreto nº 877/2024 é matéria que excede os limites da regulamentação técnica, criando deveres sem amparo legal, o que justifica a intervenção desta Casa de Leis para restaurar a ordem jurídica e garantir a desburocratização necessária ao desenvolvimento da agroindústria familiar em Mato Grosso.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 21 de Janeiro de 2026

Gilberto Cattani
Deputado Estadual